



**APEPREV**

Revista Digital Institucional  
VOLUME 04/2025 - Abril



# APE PREV



**Mais conteúdo  
previdenciário para você!**



# SUMÁRIO

<i>Página 03</i>	RPPS do Paraná
<i>Página 09</i>	Reunião CONAPREV: Compromisso e excelência na gestão Previdenciária
<i>Página 10</i>	Prejulgado 425202/23: TCE/PR analisa programa de Previdência Sustentável
<i>Página 12</i>	A aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias - <b>Bruno Martins</b>
<i>Página 13</i>	A importância de segregação de funções no RPPS <b>Joane Weinert</b>
<i>Página 14</i>	O que fazer se seu RPPS sofrer um Ataque Cibernético? <b>Ramon Augusto</b>
<i>Página 17</i>	Impactos do último aumento da Taxa Selic Meta: como o RPPS pode se beneficiar? - <b>SICREDI</b>
<i>Página 18</i>	FIs de Desenvolvimento: Construindo retornos altos no mercado imobiliário - <b>QUARTZO CAPITAL</b>
<i>Página 20</i>	Em multimercados, a saída é pelo exterior <b>PRIVATIZA INVESTIMENTOS</b>
<i>Página 21</i>	Afiando o machado: 2025, o Ano da Governança nos RPPS – E porque isso vai blindar você - <b>LEMA</b>
<i>Página 22</i>	Com espadas, escudos e ETFs <b>BANRISUL</b>
<i>Página 23</i>	Critérios essenciais para a seleção de Fundos de Crédito Privado <b>4UM INVESTIMENTOS</b>
<i>Página 26</i>	Além do Medo: a gestão inteligente do risco <b>CRÉDITO E MERCADO</b>
<i>Página 27</i>	Oportunidades na renda fixa: o olhar além do tradicional <b>BRADESCO</b>
<i>Página 28</i>	Renda Fixa: oportunidades e desafios em 2025 <b>ITAJUBÁ</b>
<i>Página 29</i>	Investimentos em Títulos Públicos <b>BCC LIQUIDEZ</b>

## EXPEDIENTE

REVISTA INSTITUCIONAL APEPREV MAIS (+)  
VOLUME 04/2025 - Abril (Publicação Bimestral)

Produzido por APEPREV

Projeto gráfico e diagramação: Joane Reddin

Corpo Editorial: Márcio Apolinário e Joane Reddin

Apoio Institucional: Faculdade Anasp

Publicado e Distribuído Digitalmente por APEPREV  
Av. Cândido de Abreu, 660 - Sala 407 | Curitiba-PR  
Contato: (41) 98791-4672 - apeprev@apeprev.com.br

Os conteúdos publicados passam por curadoria editorial para garantir qualidade e relevância ao setor previdenciário. As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o posicionamento institucional da APEPREV.



## **RPPS DO PARANÁ**

O Estado do Paraná, casa da APEPREV, conta hoje com 399 municípios e, destes, 178 possuem Regimes Próprios de Previdência Social.

A Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios (APEPREV) tem um papel fundamental na disseminação do conhecimento previdenciário no Paraná. Atuando com transparência, sem fins lucrativos, busca sempre a promoção de capacitações e eventos que proporcionem a troca de experiências e o fortalecimento das boas práticas na gestão previdenciária.

Por meio de cursos, congressos, seminários internacionais e encontros regionais, a entidade contribui significativamente para o aperfeiçoamento dos profissionais da área, garantindo uma atuação mais eficiente, transparente e segura no cuidado com os recursos previdenciários.

Além disso, a APEPREV exerce importante função na orientação dos municípios quanto às legislações vigentes, às reformas previdenciárias e às exigências dos órgãos de controle. Sua atuação técnica e institucional ajuda a prevenir erros de gestão e fortalece a sustentabilidade dos regimes próprios, beneficiando diretamente os servidores públicos e a sociedade. Ao promover a cultura previdenciária de forma contínua e acessível, a APEPREV se consolida como uma referência no cenário, essencial para o avanço e a consolidação de uma previdência justa e equilibrada.

A entidade atua como voz ativa na defesa dos interesses das instituições previdenciárias contribuindo para a construção de um sistema previdenciário mais sustentável e justo.

**A APEPREV SEGUE O  
PROJETO DE ESTAR SEMPRE  
AO LADO DOS RPPS.**

**Na próxima edição teremos  
mais novidades!**





Catanduvas



Francisco Beltrão



Barracão



Peabiru



Nova Prata do Iguaçu



Roncador



Campo Mourão



Cantagalo



Pato Branco



Luiziania



Flor da Serra do Sul



Porto Barreiro



Guaraniçu



Campo Bonito



Chopinzinho



Planalto



Iretama



St. Izabel do Oeste



Rio Bonito do Iguaçu



Renascença



Ampere



**APEPREV**

# 23<sup>o</sup> CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV

2<sup>o</sup> Seminário Internacional de Previdência

*10 a 12*  
DE SETEMBRO

**FOZ**  
DO IGUAÇU

Junte-se aos maiores nomes  
de Previdência do mundo!

Patrocinador Master



Patrocinador Diamante



Patrocinador Platinun



Patrocinador Ouro

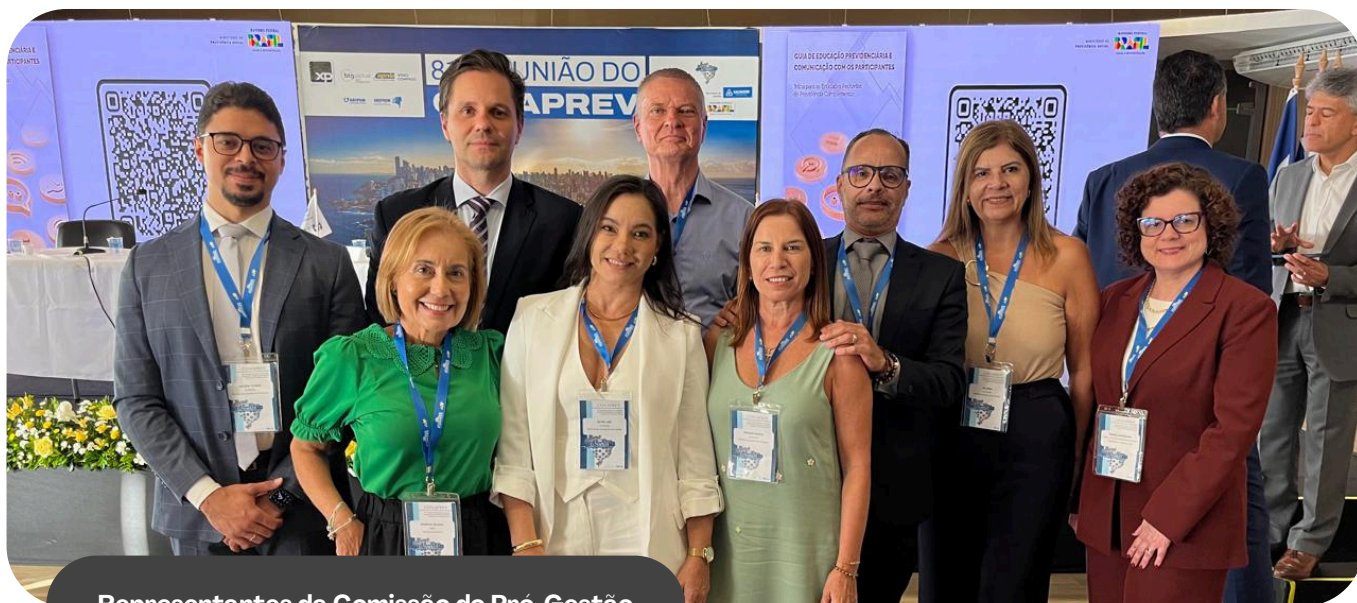


ACESSE O  
SITE OU  
ESCANEIE  
O QR CODE





# REUNIÃO CONAPREV: COMPROMISSO E EXCELÊNCIA NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



Representantes da Comissão do Pró-Gestão

No mês de março foi realizada a 81ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV). Junto a esta reunião são realizados também os encontros da Comissão do Pró-Gestão e o Copajure – Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes.

Os membros presentes foram muito bem recepcionados na sede do FUMPRES - Fundo da Previdência do município de Salvador/BA, para avaliar resultados, traçar metas e o plano de conformidade Previdenciária. Durante o encontro, são abordados temas essenciais para a sustentabilidade da previdência social.

A APEPREV é representada por Silvana Frigo, membro titular da Comissão do Pró-Gestão, contribuindo para desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos RPPS.

*"É gratificante poder contribuir e participar da Comissão do Pró-Gestão que visa proporcionar meios para gestão organizada e eficiente aos RPPS. Partilhar experiências e adquirir conhecimentos agrega valores e nos incentiva a continuar firmes no alcance dos objetivos para sustentabilidade da Previdência pública! Gratidão aos que confiam no potencial da APEPREV!"*

Estes encontros são essenciais para promover debates, troca de informações, ações e diretrizes acerca de temas considerados relevantes para os RPPS.

# PREJULGADO 425202/23: TCE/PR ANALISA PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA SUSTENTÁVEL

Trata-se de demanda apresentada pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV, por meio da qual informa ao Tribunal de Contas a iniciativa da Confederação Nacional dos Municípios – CNM e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE de apresentar aos municípios brasileiros, o “Projeto Previdência Sustentável: Investe e Desenvolve Municípios”. Na visão da APEPREV a proposta é extremamente nociva aos regimes próprios de previdência na medida em que os recursos que deveriam ser destinados aos RPPSs serão empregados para o financiamento de políticas públicas, deixando de formar as reservas e de promover o equilíbrio financeiro e atuarial desses mesmos regimes.



Presidente da APEPREV, Márcio Apolinário com o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Ivens Linhares.

A apreciação do caso pela Corte de Contas foi provocada por Requerimento apresentado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios (Apeprev). Na petição, a entidade classificou o Programa Previdência Sustentável como uma "tentativa de ingerência externa e nociva nos RPPS dos municípios".

Na interpretação da Apeprev, a iniciativa objetivaria, de forma velada, a redução dos repasses necessários para os fundos previdenciários e a utilização de parte do patrimônio oriundo das contribuições de servidores públicos para a realização de investimentos no desenvolvimento dos municípios.

Ainda conforme a associação, tais práticas resultariam no descumprimento, por parte das prefeituras, de obrigações previdenciárias e no emprego de recursos oriundos dos RPPS para fins diversos do que o pagamento de aposentarias e pensões, conforme determina a Constituição Federal. O processo de Incidente de Prejulgado tramita no TCE-PR sob o Protocolo nº 425202/23.

No dia 3 de Abril de 2025 o Tribunal de Contas do Paraná emitiu o parecer com relação ao protocolo aberto pela APEPREV colocando que:

“ Nesse contexto, seja pela incompatibilidade de um pronunciamento geral e vinculante, seja pela necessidade de melhor se atender a pretensão exercida pela APEPREV em face deste Tribunal, entendo, respeitosamente, que o feito deve ser **convertido em Denúncia**, ferramenta mais adequada para uma análise prática e individualizada da questão, possibilitando, inclusive, a adoção de medidas concretas para o caso de detecção de irregularidades, a exemplo da aplicação de multas e da reparação do erário. ”

# # JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

## MASTER



## DIAMANTE



## PLATINUM



## OURO



## APOIO INSTITUCIONAL



# A APOSENTADORIA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS



**Bruno Sá Freire Martins**  
Consultor Jurídico Especialista  
em RPPS

A Emenda Constitucional n.º 120/22 ,ao modificar a Carta Magna, assegurou o direito à aposentadoria especial aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias prevendo que:

*Art. 198 ...*

*§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.*

Entretanto, tal regramento se constitui em norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que para sua aplicação exige-se a edição de lei estabelecendo os requisitos para a inativação de tais profissionais e a forma pela qual serão calculados e reajustados os proventos oriundos dessa aposentadoria. Além disso, seu advento fez surgir a discussão acerca da existência de conflito entre seu teor e a previsão contida no § 4º-A do artigo 40 da CF, introduzido pela EC nº 103/2019, onde se veda expressamente a possibilidade de aposentadoria especial decorrente de exposição a agentes nocivos apenas pelo cargo ou função ocupado.

Ocorre que o aparente conflito entre normas constitucionais, encontra solução na aplicação do princípio interpretativo da máxima efetividade da norma constitucional segundo o qual os regramentos contidos na Constituição Federal devem ser interpretados de forma a assegurar a maior integração entre seus conteúdos e a força da norma constitucional.

Permitindo-se, com isso, a conclusão de que o conteúdo de ambas as regras autoriza o reconhecimento da existência de vedação à concessão de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos em razão do cargo ou função ocupado pelo segurado do Regime Próprio, exceto quando se tratarem dos cargos ou funções de agentes de combate às endemias ou comunitários de saúde.

De forma mais simples, admite-se que sejam editadas leis prevendo que a aposentadoria especial para todos os que atuam expostos agentes nocivos só seja concedida mediante a efetiva comprovação de efetiva exposição da saúde. Enquanto para os agentes em questão basta, apenas, que a lei autorize a inativação pelo cumprimento de determinados requisitos em tais cargos ou funções.

Conclusão essa que não afasta o dever de edição de norma local estabelecendo os requisitos e critérios para a concessão dessas aposentadorias, ante a natureza de norma constitucional de eficácia limitada do § 10 do artigo 198 da Constituição Federal. A qual é de competência de cada um dos Entes Federados, ou seja, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a edição destas, cabendo salientar que, enquanto não entrarem em vigor as regras específicas da aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, permite-se a aplicação, por analogia, das normas que regem a aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos.

Hipótese em que será necessária a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos, uma vez que não há a possibilidade de fragmentação das regras atinentes ao benefício, sob pena de se estar criando regime previdenciário híbrido que é vedado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.



# A IMPORTÂNCIA DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES NO RPPS



**Joane Weinert**  
*Criadora do Portal  
Investimentos RPPS*

A segregação de funções em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um princípio fundamental para garantir a integridade e a transparência na gestão dos recursos públicos. Esse conceito se refere à divisão de responsabilidades e poderes entre diferentes pessoas ou departamentos, de modo a evitar a concentração de autoridade que pode levar a abusos e fraudes. A implementação eficaz da segregação de funções é crucial para proteger os interesses dos segurados e assegurar que os benefícios previdenciários sejam administrados de forma justa e eficiente.

Um dos principais benefícios da segregação de funções é a minimização de riscos. Ao dividir as responsabilidades, é possível criar um sistema de controles internos que dificulta a ocorrência de irregularidades. Por exemplo, a pessoa responsável pela autorização de pagamentos não deve ser a mesma que realiza a execução desses pagamentos. Essa separação ajuda a detectar e prevenir erros e fraudes, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e confiável.

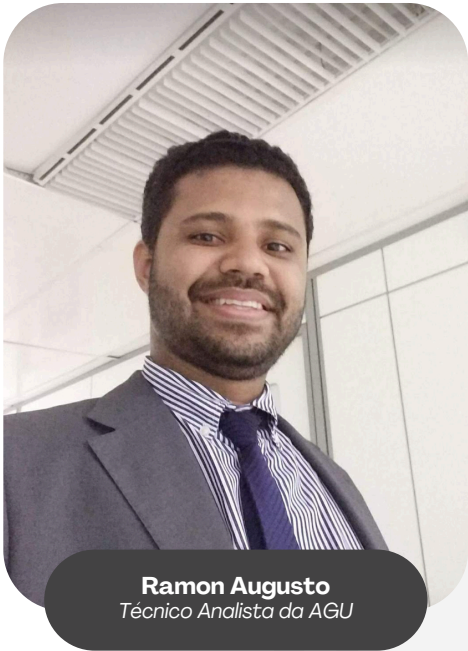
Um dos principais benefícios da segregação de funções é a minimização de riscos. Ao dividir as responsabilidades, é possível criar um sistema de controles internos que dificulta a ocorrência de irregularidades. Por exemplo, a pessoa responsável pela autorização de pagamentos não deve ser a mesma que realiza a execução desses pagamentos. Essa separação ajuda a detectar e prevenir erros e fraudes, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e confiável.

Além disso, a segregação de funções contribui para a transparência nas operações do RPPS. Quando as responsabilidades são claramente definidas e atribuídas a diferentes indivíduos ou setores, os processos se tornam mais rastreáveis e auditáveis. Isso não apenas facilita a fiscalização interna e externa, mas também aumenta a confiança na gestão dos recursos previdenciários.

Com a segregação de funções, cada profissional envolvido na gestão do RPPS é responsabilizado por suas atividades específicas. Isso significa que, em caso de problemas ou irregularidades, é mais fácil identificar onde ocorreu a falha e quem é o responsável. Essa cultura de responsabilidade ajuda a incentivar uma gestão mais cuidadosa e diligente, uma vez que cada membro da equipe é ciente de que suas ações têm consequências diretas.

Por fim, a segregação de funções é um elemento essencial para a sustentabilidade do RPPS a longo prazo. Através da proteção contra fraudes e erros, a prática contribui para a preservação dos recursos previdenciários, garantindo que eles sejam utilizados de forma adequada e que os benefícios sejam pagos pontualmente. Isso, por sua vez, reforça a confiança dos segurados no sistema e assegura a continuidade dos serviços prestados. A segregação de funções é uma prática indispensável para a boa governança e para a eficácia dos Regimes Próprios de Previdência Social.

# O QUE FAZER SE SEU RPPS SOFRER UM ATAQUE CIBERNÉTICO?



**Ramon Augusto**  
Técnico Analista da AGU

Nos eventos de RPPS, sempre buscamos palestras sobre LGPD e segurança cibernética para nos preparar e evitar problemas graves, como sistemas fora do ar ou bases de dados comprometidas. Imagina o impacto social de uma prefeitura ou RPPS que não consegue rodar a folha ou pagar seus beneficiários porque as contas foram hackeadas, sistemas estão travados ou pedindo resgate? É um problema sério, que pode abalar a confiança da população e trazer consequências enormes, junto aos órgãos de controle, polícia e etc.

Imagine a seguinte situação: é sábado, véspera de um feriado nacional, e você, gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), recebe uma ligação urgente. Os sistemas da do RPPS está fora do ar, os computadores mostram mensagens estranhas exigindo resgate, e os dados dos nossos beneficiários podem estar comprometidos. Pior ainda: sua equipe de TI é pequena ou inexistente, o corpo jurídico não está preparado para lidar com crimes cibernéticos.

Essa é uma realidade cada vez mais comum em pequenos municípios brasileiros, onde ataques cibernéticos têm se tornado uma ameaça frequente, especialmente em momentos críticos como finais de semana ou datas importantes, feriados nacionais. Neste artigo, vamos compartilhar o que fazer diante de um ataque cibernético, com passos práticos.

## Entendendo o problema

Ataques cibernéticos, como ransomware, phishing ou invasões de servidores, não escolhem hora para acontecer. Em 2025, os criminosos estão mais sofisticados, explorando sistemas desatualizados ou falhas humanas – como aquele e-mail falso que alguém abriu sem querer. Para o RPPS, o risco é ainda maior. Muitos municípios brasileiros, especialmente os menores, não contam com equipes de TI robustas ou advogados especializados em cibersegurança. Um RPPS, por exemplo, gerencia dados sensíveis de aposentados e pensionistas, como CPF, contas bancárias e informações pessoais ou médicas. Se esses dados vazarem, o prejuízo é enorme: os beneficiários ficam vulneráveis. Quem nunca recebeu uma ligação suspeita, “informando haver uma compra no seu cartão no valor de X reais aguardando aprovação?” a confiança na gestão despenca, e multas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) podem bater à porta.

O cenário torna-se ainda mais crítico em finais de semana ou feriados nacionais, como Carnaval ou Natal, quando as equipes estão reduzidas e o suporte técnico pode levar horas ou dias para responder. A comunicação com correspondentes bancários, essencial para bloquear contas ou rastrear transferências, também enfrenta atrasos, desperdiçando minutos cruciais para conter o problema. Em 2021, a Prefeitura de Porto Alegre sofreu um ataque cibernético que paralisou serviços por dias, mostrando como a demora na resposta intensifica a crise. É provável que outros entes federativos tenham enfrentado incidentes semelhantes, mas optaram por não divulgá-los. Diante disso, o que fazer quando o pior acontece? Já sofremos o ataque.

### Passos práticos para responder ao ataque

Se o RPPS for atacado, o primeiro pensamento é: “Por onde começo?”. Aqui vão os passos que discutimos, adaptados para a realidade de quem não tem uma grande estrutura.

1. Isolar o problema rapidamente: Ao perceber o ataque – seja por sistemas travados ou mensagens de resgate –, desconecte os computadores e servidores da internet. Isso evita que o problema se espalhe. Sem equipe de TI? Chame quem entende minimamente de tecnologia do RPPS, mesmo que seja um servidor com experiência básica, e peça para isolar os equipamentos afetados. Observação: não desligue a energia elétrica dos equipamentos, pois, em alguns casos, vestígios do ataque permanecem em memória, e essas informações são cruciais para a perícia.
2. Comunicar com clareza à população: A população precisa saber o que está acontecendo, especialmente se serviços como emissão de guias ou pagamento de benefícios do RPPS estão suspensos. Publique uma nota simples nas redes sociais ou no site da prefeitura ou RPPS, algo como: “Detectamos um problema em nossos sistemas e estamos trabalhando para resolver. Pedimos paciência e informaremos em breve.” Transparência evita boatos e mantém a confiança.
3. Acionar as autoridades: Registre um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil, mesmo que seja online, descrevendo o que aconteceu. Se houver vazamento de dados pessoais, notifique a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em até dois dias úteis. Sem corpo jurídico preparado? Use modelos de notificação disponíveis no site da ANPD.
4. Notificar Órgãos de Controle: Informe o Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), sobre o impacto do ataque nos serviços ou nas finanças. Se o RPPS gerencia recursos federais, avise a Controladoria-Geral da União (CGU). O Ministério Público Estadual também pode ser acionado se houver risco de danos graves à população. Documente tudo: datas, horários e o que foi afetado.
5. Câmara de Vereadores: Como órgão legislativo e fiscalizador do município, a Câmara de Vereadores pode exigir esclarecimentos sobre o ataque cibernético e seus impactos. Em casos de grande repercussão ou prejuízo, prepare-se para prestar contas em audiências públicas ou sessões ordinárias. Como gestor do RPPS, busque apoio da equipe de TI e do corpo jurídico da prefeitura ou do RPPS para compreender os termos técnicos, identificar possíveis falhas e explicar as medidas que serão tomadas para mitigar os problemas. Os vereadores também podem criar comissões de investigação ou propor melhorias na gestão de tecnologia da informação.
6. Buscar apoio externo: Sem uma equipe de TI, procure contratar imediatamente uma empresa de cibersegurança, mesmo que seja para uma consultoria remota. Muitas oferecem serviços emergenciais para conter o ataque e recuperar dados. Se houver backups – e todo RPPS deveria tê-los! – utilize-os para restaurar os sistemas, mas apenas após verificar que estão livres de vírus e que o responsável pelo ataque não tem mais acesso para causar novos danos.
7. Planejar a recuperação: Após conter o ataque, investigue sua origem: foi um e-mail falso, um software desatualizado ou outra vulnerabilidade? Uma falha difícil de eliminar completamente é o fator humano – mesmo com os melhores firewalls e sistemas protegidos contra ataques externos, um servidor desatento, desmotivado ou insatisfeito pode, sem querer, abrir a porta para problemas. Por isso, invista na capacitação contínua dos servidores para prevenir novos incidentes e fortaleça a segurança gradualmente. Um antivírus confiável ou um sistema de backup em nuvem já pode fazer uma grande diferença.

### Conclusão

Ser vítima de um ataque cibernético é um pesadelo para qualquer RPPS, mas não é o fim do mundo. Como conversamos, a chave está em agir rápido, comunicar com transparência e buscar ajuda, mesmo em cenários desafiadores como feriados ou sem equipes especializadas. A realidade de muitos municípios brasileiros, com recursos limitados e sistemas vulneráveis, exige que gestores sejam proativos: um plano básico de resposta a incidentes, backups regulares e um mínimo de treinamento podem evitar desastres maiores. No fim, o que importa é proteger os cidadãos, recuperar a confiança e aprender com o susto. Ataques acontecem, mas com organização e apoio certo, seu RPPS pode sair mais forte.



**GALERIA  
APE  
PREV**



# IMPACTOS DO ÚLTIMO AUMENTO DA TAXA SELIC META: COMO O RPPS PODE SE BENEFICIAR?

***A decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, ocorrida em 19 de março, era aguardada com expectativa pelo mercado financeiro. A decisão de elevar a Selic para 14,25% ao ano já era esperada pelo mercado e reflete a necessidade de conter a inflação persistente que tem afetado a economia brasileira. Para a próxima reunião (maio/25), o COPOM sinalizou um ajuste de menor magnitude, dependendo do cenário futuro, principalmente o inflacionário.***

A inflação no Brasil tem sido impulsionada por diversos fatores, incluindo o aumento dos preços dos alimentos, combustíveis e energia. Dados recentes indicam que o IPCA continua acima da meta estabelecida pelo Banco Central, justificando uma postura mais agressiva na política monetária. A elevação da Selic visa reduzir a demanda agregada, tornando o crédito mais caro e desestimulando o consumo, ajudando a controlar os preços.

A Selic elevada tem implicações importantes para os RPPS, pois estes enfrentam o desafio de cumprir suas metas atuariais, essenciais para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo. Em um cenário de taxas de juros reais elevadas, os RPPS podem se beneficiar de rendimentos mais altos em seus investimentos sem renunciar a um bom nível de segurança, dada a atratividade da Renda Fixa. Logo, o momento é propício para a Renda Fixa, pois alia alta rentabilidade com baixo risco de crédito quando analisamos os títulos públicos federais e títulos privados de primeira linha (rating AAA).

Com rendimentos mais elevados, os RPPS podem melhorar sua solvência e reduzir a necessidade de aportes adicionais por parte dos governos, aliviando as finanças públicas.

Adicionalmente, uma alocação mais conservadora que permita ao RPPS cumprir as metas atuariais também dá um certo conforto para que os responsáveis pela alocação

debatam com maior serenidade as alocações estratégicas em renda variável – parcela importante mesmo no cenário atual – mas que, geralmente, precisam de um longo prazo de investimento para aumentarem as chances de um retorno significativo.

Em suma: o cenário de juros elevados se traduz como uma oportunidade para o RPPS superar suas metas atuariais e fortalecer sua sustentabilidade financeira, contando com o apoio e a solidez do Sicredi, uma das maiores Instituições Financeiras do Brasil com mais de R\$ 265 bilhões em Depósitos Totais e R\$ 43,6 bilhões de Patrimônio Líquido. Nossos 45 mil colaboradores e 2,8 mil pontos de atendimento em todos os Estados do Brasil atendem mais de 8,5 milhões de associados.

Somos também um grande parceiro dos RPPS, com mais de 550 RPPS atendidos que confiam mais de R\$ 4,7 bilhões em 12 fundos de investimentos que o Sicredi possui à disposição deste público. A Asset Sicredi é uma das maiores do Brasil, com mais de R\$ 115 bilhões sob gestão e rating forte de gestão atribuído pela Fitch. A parceria Sicredi e RPPS é fortalecida pela proximidade e atendimento humanizado que oferecemos, com nossa ampla capilaridade de agências, garantindo um suporte eficiente e personalizado para os gestores dos RPPS.

# FIIS DE DESENVOLVIMENTO: CONSTRUINDO RETORNOS ALTOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO

***Os Fundos de Investimento Imobiliário de Desenvolvimento (FIIs de Desenvolvimento) são destinados a financiar a construção, a reforma ou a incorporação de empreendimentos imobiliários. O intuito é gerar ganhos de capital no médio e longo prazo, empregados em projetos de construção.***

O QTZD11 é um deles. Gerido pela Quartzo Capital, maior gestora de investimentos do Sul do Brasil, está em período de lock-up. Essa estratégia cria condições para que os empreendimentos evoluam conforme o planejado, potencializando os retornos para os cotistas. A expectativa realizar novas emissões de cotas para financiar expansões e aproveitar oportunidades de mercado – promovendo a diversificação do portfólio e ampliando o potencial de crescimento do fundo.

Tantos investidores atuais quanto potenciais interessados poderão ingressar no fundo nas próximas rodadas de emissão – participando dos resultados gerados pelas construções e incorporações imobiliárias.

## Modalidade oferece retornos significativos

Os FIIs de Desenvolvimento empregam recursos captados no mercado via emissões de cotas. Como seu foco são projetos em estágio inicial, há um risco adicional associado ao desenvolvimento das obras – além de eventuais atrasos, aumento de custos e oscilações do mercado imobiliário.

No entanto, quando bem geridos, esses fundos podem oferecer retornos de 20% a 25% de taxa interna ao ano (contra um dividend yield médio dos fundos imobiliários que giram próximos ao CDI). Outro ponto é o ciclo de investimento. Os FIIs de Desenvolvimento concentram seus ganhos principalmente na conclusão das obras e posterior venda das unidades construídas.

## Intervalos para lock-up

O gestor do fundo tem o papel fundamental durante todo o processo. Ele é responsável por selecionar bons projetos, avaliar o potencial de crescimento, acompanhar a execução das obras e planejar a estratégia de desinvestimento adequada.

É comum que esse tipo de FII institua períodos de lock-up. Esse intervalo, em que os cotistas não podem negociar suas cotas, possibilita conduzir a estratégia de desenvolvimento sem as pressões de curto prazo do mercado secundário.

Os fundos podem optar por efetuar novas emissões de cotas ao longo do ciclo do projeto, levantando mais recursos para a expansão ou para novas oportunidades de investimento imobiliário.





A Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) é um organismo internacional, de caráter técnico e especializado, que tem como finalidade promover o bem-estar econômico e social dos países ibero-americanos e de todos aqueles que estão vinculados pelos idiomas espanhol e português, por meio da coordenação, intercâmbio e aproveitamento de suas experiências mútuas em Seguridade Social e, em geral, no âmbito da proteção social.

A OISS tem seus primeiros antecedentes no I Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Barcelona em 1950, onde foi criada uma Secretaria de apoio a congressos futuros que recebeu o nome de Comissão Ibero-Americana de Seguridade Social. Contudo, foi no II Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Lima (Peru) em 1954, com a presença da maioria dos países da Região juntamente com representantes da OIT, OEA e AISS, que foi aprovada a “Carta Constitucional da OISS”. A partir dessa data, a Organização iniciou suas atividades com uma estrutura transitória e estatutos provisórios, que foram aprovados no III Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social, realizado em Quito, Equador, em novembro de 1958; consolidando-se, desde então, como um Organismo Internacional, que tem evoluído ao longo do tempo para responder, em cada momento histórico, às necessidades existentes no âmbito da Seguridade Social e fornecer a mais estreita e eficaz colaboração às instituições que a integram.

## Objetivos OISS

- Promover a universalização da Seguridade Social.
- Colaborar no desenvolvimento e melhoria dos sistemas de Seguridade Social.
- Atuar como centro de informação e coordenação de experiências.
- Capacitar profissionais das Instituições de Seguridade Social.
- Fomentar o estudo, pesquisa e aperfeiçoamento dos sistemas de Seguridade Social.
- Facilitar o intercâmbio de experiências e acordos entre países membros.
- Propor assistência técnica e social entre os países membros.
- Apoiar programas de cooperação e desenvolvimento em proteção social.
- Manter relações e cooperação com outros organismos internacionais.
- Promover normas internacionais que favoreçam a coordenação dos sistemas de Seguridade Social.
- Organizar o Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.

## EM MULTIMERCADOS, A SAÍDA É PELO EXTERIOR

***A diversificação internacional é obrigatória para toda carteira de investimentos navegar bem por diferentes momentos da economia, ainda mais se visa objetivos de longo prazo. Assim como é preciso aplicar em diferentes classes de ativo, também é fundamental ampliar os horizontes do portfólio para além das fronteiras nacionais, buscando oportunidades que compensem alguns fatores intrínsecos ao mercado local.***

Uma das categorias que mais nitidamente podemos comprovar essa constatação na prática, hoje, é a dos fundos multimercado. No Brasil, esses fundos têm tido performance inferior às demais classes de ativo, devido ao momento de alta de juros e aversão a risco. Por outro lado, o mesmo tipo de fundos multimercado que investem 100% no exterior têm tido forte desempenho.

Estudo recente conduzido pela Schroders com dados de 2021 a 2024 da Anbima mostra que os multimercados internacionais obtiveram retorno médio 39,5% no período, desempenho superior ao fundos locais da mesma classe. Em alguns casos, a discrepância é bastante relevante, principalmente em um horizonte de longo prazo. Por exemplo, nosso fundo multimercado internacional que investe no setor de tecnologia - o Schroder Gaia Contour Tech Equity Long & Short - acumula retorno de 46,55% em 12 meses, contra 11,17% do CDI e -5,65% do Ibovespa. Comparado ao CDI, o fundo apresenta retornos consistentes no longo prazo, 417% de CDI em 12 meses, 308% em 24 e 214% de CDI em 36 meses. Nota-se que os multimercados internacionais geram retornos consistentes no longo prazo, o que os torna ótimas opções para investidores institucionais, como os RPPS.

Ao retorno excedente, soma-se a função estratégica desse tipo de ativo nos portfólios, uma vez que o investidor está exposto a geografias e mercados diversos, além de setores

e segmentos diferentes do que se encontra localmente.

O portfólio de um investidor brasileiro sem ativos internacionais não consegue acessar algumas oportunidades, como o setor de tecnologia/inteligência artificial, um setor é pouco significativo no Ibovespa: as ações de tecnologia correspondem a apenas 1% do índice, contra 20% do MSCI World (global) e do MSCI EM (emergentes).

Investir no exterior é gerenciar risco da carteira diminuindo a concentração no país de origem, principalmente em momentos de maior volatilidade. A incerteza pede a pulverização dos investimentos por diferentes mercados, ainda mais os países desenvolvidos de moeda forte.

Dessa forma, um fundo multimercado 100% exterior com proteção cambial confere desconexão com o mercado local, melhorando a relação risco-retorno da carteira. Levantamento da Schroders com dados da Quantum Axis analisou o Ibovespa e o MSCI World, de 1999 a 2024, e concluiu que não apenas a Bolsa local é mais volátil do que as globais durante períodos de estresse, mas também que há vários períodos em que a Bolsa brasileira apresentou alta volatilidade e queda independentemente do mercado internacional.

***Por Daniel Celano, CFA, Diretor Presidente e Luiz Fernando Pedrinha, CFA, Diretor Comercial para Institucionais. Ambos da Schroders Brasil.***

## AFIANDO O MACHADO: 2025, O ANO DA GOVERNANÇA NOS RPPS – E PORQUE ISSO VAI BLINDAR VOCÊ

***Se você lida com investimentos de RPPS, sabe que a pressão é constante e o tempo, escasso. As oportunidades de mercado aparecem a todo momento, algumas tentadoras, outras mirabolantes. Mas aqui vai uma verdade que poucos admitem: 2025 não precisa ser o ano de buscar retornos extraordinários. Ele deve ser o ano de construir uma governança inabalável.***

Com a taxa de juros elevada, os ativos conservadores já entregam bons retornos e ajudam a cumprir a meta atuarial. Isso abre uma oportunidade única para tirar o foco da busca incessante pelo "investimento perfeito" e direcioná-lo para algo ainda mais estratégico: fortalecer os pilares da governança.

### Por que isso é essencial?

Porque governança bem estruturada protege você, seu conselho e sua previdência. Ela reduz riscos, torna as decisões mais seguras e coloca você sempre um passo à frente dos órgãos de controle. Não basta "acreditar" que está fazendo certo – é preciso ter regras claras, processos bem documentados e uma de transparência adequada. Quando isso acontece, você:

- Ganha segurança: Cada decisão tem respaldo técnico e metodológico, eliminando o medo de fiscalizações e questionamentos.
- Reduz riscos: As escolhas não são impulsivas, mas sim baseadas em critérios objetivos e bem definidos.
- Aumenta a eficiência: Com transparência e estratégia, sua equipe trabalha com mais previsibilidade e confiança.

Agora, imagine um cenário onde cada decisão já está documentada, alinhada com as melhores práticas e não gera desgastes desnecessários. Isso significa menos retrabalho, menos crises e mais tempo para o que realmente importa: uma gestão segura e eficiente.

### O que priorizar em 2025?

- Construção da Política de Investimentos – Regras claras (e criadas pelo Comitê de Investimentos!) evitam decisões descasadas do perfil do RPPS.
- Comitê de Investimentos atuante – Um time preparado significa decisões mais seguras e bem fundamentadas.
- Critérios objetivos para escolha de investimentos – Se não há método, as decisões são guiadas pelas paixões. Isso pode custar caro.
- Registro e documentação impecáveis – O que não está documentado não existe para os órgãos de controle.
- Capacitação contínua da equipe – Quanto mais conhecimento, menos erro. E menos erro significa mais segurança para todos.

A escolha está nas suas mãos! Você pode passar mais um ano correndo atrás da próxima grande aposta ou investir tempo no que realmente blindará sua gestão e garante estabilidade. Governança não é um detalhe – é o alicerce que protege você e seu RPPS. 2025 pode ser o ano em que você deixará de apagar incêndios e passará a trabalhar com mais estratégia, transparência e confiança.



## COM ESPADAS, ESCUDOS E ETFs

***Depois da espada, o escudo talvez seja o símbolo que mais representa o período medieval. O escudo foi extremamente importante e acompanhou a evolução da humanidade. Apesar do desenvolvimento e manuseio de novos materiais e técnicas para produção, a grosso modo, sua finalidade e estrutura inicial foram preservadas séculos após o seu surgimento.***

No mundo dos investimentos, sobretudo em tempos marcados por incerteza no que diz respeito à conjuntura econômica, crises geopolíticas, troca de rumos em grandes potências, altos e baixos na atividade somados à resiliência nos níveis de preços, o escudo se faz um item de primeira ordem. Entrar no campo de batalha com uma ferramenta de proteção é um componente que muda o brio do indivíduo, seja ele um cavaleiro medieval ou um investidor contemporâneo. Portanto, e dado o cenário atual, os instrumentos de renda fixa caberiam bem nesse exemplo no papel de escudo do portfólio de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Na Banrisul Corretora, mais precisamente, em nossa estratégia com ETF, o Fundo Banrisul Absoluto pode ser utilizado como escudo.

Para além de sua defesa, um hábil cavaleiro precisará ter à mão uma espada preparada para encontrar brechas e oportunidades de capitalizar – quando a sutileza dos movimentos do adversário e do mercado assim o permitir. Para a defesa dos interesses atuariais do RPPS, os ETFs podem ser a espada que propicia, de forma prática, estarmos expostos a mercados ou setores inteiros sem precisarmos escolher ativos individuais. Dessa maneira, utilizaremos a volatilidade do mercado financeiro em favor de nossos portfólios. Há ainda uma redução de riscos específicos e facilidade de montar e desmontar posições – dada a elevada liquidez inerente a esses investimentos.

***Por Daniel Bozz, analista de economia do Banrisul, e Fábio Francisco Gonçalves, head comercial na Banrisul Corretora de Valores Mobiliários.***

Assim como os cavaleiros medievais, cuja nobreza era conquistada não apenas por bravura, mas por estratégia e domínio da técnica, nossa abordagem com ETFs exige precisão tática. Desenvolvemos, ao longo das últimas décadas, nosso método similar à Carga de Cavalaria Moderna: uma estratégia que substitui investimentos massivos e indiscriminados por avanços cirúrgicos em posições específicas do mercado.

Aqui, os ETFs são operados em Tranches – divisões estratégicas de alocação que limitam a exposição durante ciclos de desvalorização, mitigando riscos. Bem como um cavaleiro que avança apenas quando o flanco inimigo mostra fragilidade, direcionamos os recursos às oportunidades que surgem em momentos de correção de preços, sempre com parcimônia. Enquanto isso, nosso "escudo" – o Fundo Banrisul Absoluto – mantém a retaguarda segura, composto por títulos públicos federais e alimentado pelas Tranches inativas, garantindo liquidez e estabilidade ao portfólio. Dessa forma, equilibramos ofensiva e defesa, replicando a dualidade que fez dos cavaleiros lendas imortais.

Ao finalizar essa prosa, vale destacar que no ano passado o mercado financeiro doméstico comemorou o 20º aniversário do lançamento do primeiro ETF no Brasil. A Banrisul Corretora de Valores Mobiliários tem orgulho em fazer parte da história desse relevante produto, sendo responsável por difundir essa estratégia que ganha espaço dentro dos portfólios pelo País.

# CRITÉRIOS ESSENCIAIS PARA A SELEÇÃO DE FUNDOS DE CRÉDITO PRIVADO

***A escolha de um fundo de crédito privado exige uma análise criteriosa, que deve abranger tanto métricas quantitativas (Índice de Sharpe, consistência de retornos, drawdown, excedente de retorno) quanto métricas qualitativas (disciplina da gestão, metodologia de análise de crédito, histórico da equipe gestora). Ambas são essenciais para avaliar a robustez da estratégia e evitar armadilhas que podem comprometer a performance do investimento no longo prazo.***

## A Profundidade da Análise Quantitativa

Entre os indicadores quantitativos, o Índice de Sharpe se destaca por medir a eficiência do retorno ajustado ao risco. No entanto, deve ser interpretado com cautela. Fundos com baixa liquidez podem apresentar volatilidade artificialmente reduzida, inflando seu Sharpe sem refletir, de fato, um perfil de risco conservador. Os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) são um exemplo clássico: apesar de terem Sharpe elevado, frequentemente possuem ativos de crédito com baixa liquidez e risco potencialmente elevado.

Além do Sharpe, métricas como retorno percentual sobre o benchmark, janelas de retorno acima do referencial e máximo drawdown fornecem insights importantes sobre a resiliência do fundo. No entanto, uma análise confiável não pode se limitar a um único período. Observar apenas os últimos 12 meses pode induzir a conclusões equivocadas. O ideal é avaliar janelas móveis de retorno ao longo do tempo, garantindo que a estratégia do fundo seja testada em diferentes condições de mercado.

Fundos que combinam Índice de Sharpe elevado com carteira líquida e ativos de qualidade demonstram uma gestão diligente. O 4UM FI RF Crédito Privado LP, por exemplo, se destaca por seu desempenho ajustado ao risco, sem recorrer a alocações em FIDCs. Sua estratégia é focada em ativos High Grade, com qualidade de crédito reconhecida e liquidez no mercado secundário, proporcionando maior previsibilidade aos cotistas.

## A Importância da Análise Qualitativa

Além dos números, a estrutura da gestora, experiência da equipe e disciplina de gestão são determinantes para a consistência dos retornos no longo prazo. Uma equipe experiente, com processos bem definidos e políticas de risco sólidas, reduz a exposição a decisões precipitadas.

Entre os aspectos qualitativos, a disciplina de gestão merece destaque. Um gestor disciplinado segue rigorosamente o mandato do fundo, evitando aumentar o risco para recuperar perdas ou insistir em ativos problemáticos. A fidelidade à estratégia é um sinal de maturidade e compromisso com o investidor. Assim como na análise quantitativa, olhar para um período isolado pode mascarar a real qualidade da gestão. O ideal é observar o “filme” completo da estratégia, e não apenas uma “foto” momentânea. Fundos com histórico consistente ao longo de diferentes ciclos econômicos são aqueles que melhor sustentam retornos ajustados ao risco.

## Conclusão

A escolha de um fundo de crédito privado exige um olhar técnico, que combine análise quantitativa e qualitativa para evitar armadilhas comuns. O 4UM FI RF Crédito Privado LP exemplifica essa abordagem, combinando disciplina na gestão, ativos de qualidade e um Índice de Sharpe robusto, tornando-se uma opção diferenciada para investidores institucionais, como RPPS.



Alexandre Barreto Lisboa - Diretor Geral da FA

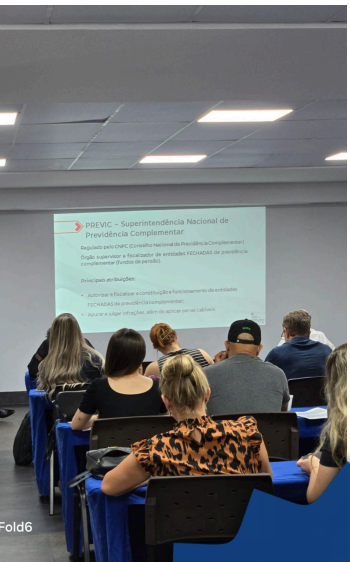


# ESTUDE NA FACULDADE ANASPS

*Confira os nossos cursos EaD*

Invista no seu desenvolvimento profissional conosco e destaque-se no mercado de trabalho.

**Associados  
APEPREV têm  
descontos  
especiais, confira!**



Galaxy Z Fold6

Fold6

# GALERIA APEPREV



Galaxy Z Fold6





# ALÉM DO MEDO: A GESTÃO INTELIGENTE DO RISCO

***Como falar sobre risco sem causar desconforto? O risco representa incerteza, instabilidade e, muitas vezes, medo. No entanto, na gestão de investimentos, principalmente dentro dos Regimes Próprios de Previdência Social, o risco não pode ser ignorado ou tratado como um inimigo a ser combatido. Pelo contrário, ele deve ser compreendido e administrado de forma estratégica. E é aqui que entra a grande questão: como fazer isso sem comprometer a segurança dos recursos e a responsabilidade com o futuro dos beneficiários?***

Sei que a gestão dos RPPS's não é simples. Já vi de perto as dificuldades que muitos gestores enfrentam ao tentar equilibrar os critérios regulatórios, em busca de rentabilidade e a necessidade de liquidez para pagar contribuições presentes e futuras. O cenário econômico muda rapidamente, as regras do jogo são constantemente atualizadas e o peso da responsabilidade só aumenta. O que fazer quando um investimento que parecia seguro sofre uma desvalorização inesperada? Como evitar que uma decisão equivocada comprometa a saúde financeira da sua carteira de investimentos?

O primeiro passo é aceitar que o risco sempre existirá. No mercado volátil, os emissores podem ter problemas financeiros, os investidores podem perder valor e a liquidez pode não estar disponível quando mais se precisar. O que distingue um RPPS bem-sucedido de um enfrentamento de dificuldades é a maneira como lidar com os riscos e antecipar desafios. A diversificação da carteira de investimentos, por exemplo, não é apenas uma recomendação teórica — é uma necessidade real para evitar uma exposição excessiva a um único fator de risco. Além disso, o acompanhamento contínuo das políticas econômicas e das regulamentações permite antecipar mudanças e ajustar a estratégia antes que o impacto negativo se torne irreversível.

Outro ponto crucial é o estudo de ALM (Asset Liability Management), uma ferramenta de gestão

poderosa que ajuda a alinhar os ativos do RPPS às suas obrigações futuras. Muitos RPPS ainda não utilizam esse recurso da maneira correta e acabam tomando decisões de investimento sem considerar o impacto de longo prazo. A gestão dos recursos não pode ser feita apenas olhando para o presente; é preciso ter uma visão estratégica, garantindo que os recursos estejam disponíveis quando for necessário.

O desafio é grande, e eu sei disso. Trabalhar com RPPS há mais de uma década me permitiu ver os erros mais comuns, mas também as soluções mais eficientes. Já acompanhei RPPS que conseguem superar crises financeiras com planejamento, disciplina e, principalmente, com uma gestão inteligente do risco. O que separa um RPPS bem estruturado de um que vive apagando incêndios é a capacidade de se antecipar aos problemas e tomar decisões baseadas em dados e estratégias sólidas.

Se você, como gestor, sente o peso dessa responsabilidade e busca uma forma mais segura e eficiente de conduzir a gestão do seu RPPS, saiba que não precisa fazer isso sozinho. Com conhecimento técnico, experiência e as ferramentas certas, é possível transformar o risco de um vilão para um aliado estratégico. A diferença entre o medo e a confiança está na informação, no planejamento e na forma como se conduz à gestão.

# OPORTUNIDADES NA RENDA FIXA: O OLHAR ALÉM DO TRADICIONAL

***A principal vantagem de uma estratégia bem elaborada de macro alocação é a capacidade de ajustar o portfólio conforme os objetivos específicos de cada RPPS, além de proporcionar proteção contra riscos inflacionários. Um balanceamento adequado possibilita maior segurança ao investidor, que poderá contar com retornos mais previsíveis no longo prazo, mesmo diante de cenários econômicos adversos.***

Sempre lembrando que é recomendável que o Asset Allocation de carteiras de planos previdenciários seja feito de acordo com as características das obrigações desses planos, por meio de técnicas conhecidas como Asset Liability Management (ALM). Olhando para perspectivas passadas, vinculadas às metas atuariais e ao cenário macroeconômico, as carteiras de investimentos de RPPS sempre foram carregadas em títulos públicos atrelados à inflação. Já para o momento atual, observa-se que as curvas de juros reais apresentam prêmios atrativos. Notavelmente, o nível das taxas de juros das NTN-Bs encontra-se em torno de dois desvios-padrão acima da média histórica. Essa constatação sugere que existem oportunidades significativas para investidores que buscam retorno real em suas alocações.

Contudo, o elevado patamar da Taxa SELIC, nos leva a considerar a diversificação dentro do universo da renda fixa. Além dos tradicionais títulos públicos indexados à inflação, estratégias alternativas vêm se mostrando interessantes para compor portfólios de RPPS.

Entre essas alternativas, destacam-se fundos de estratégias pós-fixadas e de baixo risco de crédito, que oferecem alta liquidez e risco reduzido, sendo capazes de proporcionar retornos que atendem às metas atuariais, principalmente em um ambiente de juros elevados. Opções interessantes para investidores que buscam estabilidade e segurança sem renunciar a um retorno consistente. Além disso, as estratégias vinculadas a parcela prefixada (juros nominais) também aumentam sua atratividade.

Embora os juros futuros tenham apresentado quedas substanciais nos primeiros meses de 2025, os níveis atuais ainda oferecem retornos atrativos nos prazos curtos e intermediários. Adicionalmente a isso, caso o cenário macroeconômico caminhe para uma deterioração da atividade econômica, é possível esperar que ocorram novas quedas expressivas dessas curvas, que atualmente se encontram em patamares historicamente elevados.

A inclusão de novas estratégias quantitativas é uma inovação que merece atenção. Esses fundos trazem uma abordagem diferenciada ao apresentarem características de baixa correlação com fundos tradicionais valendo-se das tendências que o mercado oferece. O risco descorrelacionado, torna esta estratégia uma opção interessante para diversificação e geração de retorno ajustado ao risco, ajudando a proteger o patrimônio de eventos assimétricos que competem ao prêmio de risco direcional do mercado de renda fixa local.

Em resumo, o cenário de juros altos proporciona uma janela de oportunidade única para os RPPS que desejam reavaliar suas alocações em renda fixa. Incorporar estratégias diversificadas e inovadoras, sem renunciar à segurança necessária para cumprir metas atuariais, pode ser o caminho ideal para otimizar o desempenho dos portfólios e enfrentar os desafios macroeconômicos com mais solidez. Para os RPPS, essa prática não só contribui para a diversificação e proteção dos ativos, como ajuda a garantir que os compromissos futuros com seus beneficiários sejam honrados de forma eficiente e segura.

# RENDA FIXA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS EM 2025

***O embate entre o Banco Central, por meio da condução da política monetária, e o Governo Federal, com sua política fiscal expansionista, resultou em dois vencedores no mercado brasileiro em 2024: a renda fixa pós-fixada e os títulos de crédito privado.***

Os constantes desencontros entre as políticas monetária e fiscal levaram a uma abertura das curvas de juros, impactando a precificação dos principais ativos de risco do mercado brasileiro, como títulos pré-fixados, papéis indexados à inflação, câmbio e bolsa de valores. Nesse cenário, o CDI encerrou o ano novamente entre os ativos de melhor desempenho no mercado local.

Os títulos privados de alta qualidade de crédito, por sua vez, iniciaram 2024 com spreads atrativos, que se comprimiram ao longo do ano devido principalmente ao fluxo consistente de captação na indústria de fundos de renda fixa e ao recorde de volume de emissões primárias. Mesmo com a abertura dos spreads observada no fim do ano, a classe se manteve dentre as de melhor desempenho em 2024. A renda fixa pós-fixada e os títulos privados iniciam 2025 com potencial para repetir os bons resultados do ano anterior, sustentados por fatores semelhantes:

**Taxa de Juros:** A taxa básica de juros (Selic) deve se manter em um patamar elevado, favorecendo a atratividade da renda fixa.

**Captação dos Fundos:** O alto carregamento dos fundos de renda fixa deve seguir atraindo recursos, contribuindo para um círculo virtuoso para precificação dos títulos e desempenho dos fundos.

**Spreads:** Após o ajuste ocorrido em dezembro, os spreads dos títulos de alta qualidade de crédito iniciaram 2025 acima dos níveis do início de 2024. Apesar do fechamento nos primeiros meses do ano, ainda permanecem em patamares saudáveis.

No entanto, o ambiente de juros elevados impõe desafios adicionais à lucratividade das empresas, especialmente daquelas com maior grau de endividamento. Um evento de crédito se apresenta como o principal risco para uma mudança no cenário positivo, podendo reverter o fluxo positivo de captações e, conseqüentemente, impactar negativamente o desempenho das estratégias.

Diante desse contexto, neste momento é essencial adotar um alto rigor na análise e seleção de títulos e gestores de renda fixa. O foco deve estar em emissores com boa qualidade de crédito, que possuam um endividamento controlado, capacidade de repassar preços e mantenham atuação em setores menos sensíveis às oscilações dos juros.

*Por João Víctor Rosa – RI da Nu Asset Management.*



# INVESTIMENTOS EM TÍTULOS PÚBLICOS

**O mercado de juros no Brasil tem passado por mudanças significativas recentemente. Em 19 de março de 2025, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic em 1 ponto percentual, atingindo 14,25% ao ano, o maior patamar em duas décadas. Essa decisão visa conter a inflação, que alcançou 5,06% no mês anterior, a maior em mais de um ano. A previsão de inflação para 2025 da BGC Liquidez está próxima de 7%.**

Nos últimos meses, o mercado de juros no Brasil tem passado por uma reprecificação relevante, com impactos diretos sobre as alocações de portfólios institucionais, especialmente de fundos de previdência. A elevação da taxa Selic para 14,25% ao ano reflete uma resposta à persistência inflacionária acima das metas, além de um ambiente global de juros mais elevados. Esse movimento reforça a atratividade da renda fixa, em especial aos títulos públicos.

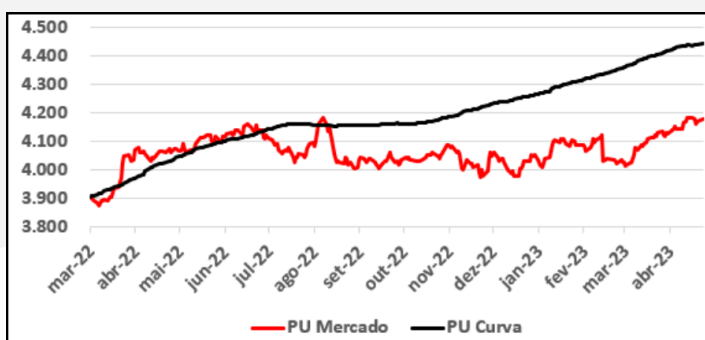
Dentro desse universo as NTN-Bs oferecem proteção contra a corrosão inflacionária, além de ajudarem a compor uma carteira com retorno real previsível no horizonte atuarial. Já os títulos prefixados, as LTNs e NTN-Fs, apesar da alta nominal, carregam maior volatilidade e exigem maior convicção no cenário de convergência da inflação e na queda futura da Selic. O Tesouro Selic, LFT, por sua vez, permanece como uma alternativa de liquidez, adequada à parcela tática ou de reserva de oportunidade. Dado o cenário ainda incerto, a diversificação entre indexadores, a gestão de duration e o alinhamento com o passivo previdenciário seguem como pilares essenciais na tomada de decisão de alocação em títulos públicos.

A tabela ao lado detalha as principais características de cada título emitido pelo Tesouro Nacional. Historicamente, vivemos o momento em que os prêmios pagos pelas NTN-Bs estão em seus patamares mais elevados, com o prêmio (taxa real) paga pela NTN-B com vencimento para 2035, por exemplo, chegando a mais de 7,50% acima da inflação, garantindo o batimento da meta atuarial com a marcação da curva.

	Letra do Tesouro Nacional LTN	Nota do Tesouro Nacional - série F NTN-F	Nota do Tesouro Nacional série B NTN-B	Nota do Tesouro Nacional série C NTN-C	Letra Financeira do Tesouro LFT
Tipo de Título	Prefixado	Prefixado	Pós-fixado	Pós-fixado	Pós-fixado
Taxa de Juros	Nominal	Nominal	Real	Real	Prêmio/Nominal
Indexador	não tem	não tem	IPCA	IGP-M	Selic
VNA (data base)	não tem	não tem	15/07/2000	15/07/2000	01/07/2000
Cupom annual	não tem	10%	6%	6%	não tem

Fonte: Tesouro Nacional

Os títulos públicos estão presentes nas carteiras dos RPPS através dos fundos, onde são marcados à mercado e sofrem a volatilidade do mercado, mas podem também estar presentes via aquisição direta onde o RPPS consegue escolher se vai levar o título até o vencimento



marcando na curva e consequentemente diminuindo a volatilidade da carteira. Para exemplificar o efeito das diferentes marcações ao longo do tempo, o gráfico ao lado mostra na linha preta um título marcado na curva e na linha vermelha o mesmo título marcado a mercado. Vale ressaltar que quando os juros sobem, o preço dos títulos cai, ou seja, desvalorizam:

*Não deixem de aproveitar o momento de mercado e as opções disponíveis de investimentos nos títulos públicos!*



# Diretoria

---

**Márcio Oliveira Apolinário**

Presidente  
*Município de Jussara*

---

**Edirlene Rodrigues Milharesi**

Vice-Presidente  
*Município de Loanda*

---

**Paulo Sérgio Bernardino de Oliveira**

1º Secretário  
*Município de Sarandi*

---

**Mary Stela da Silva Bogarim**

1º Tesoureiro  
*Município de Campo Tenente*

---

**Patricia Schedolsky Molenda**

2º Tesoureiro  
*Município de São Mateus do Sul*

---

**Marcus Evandro Giarola**

Procurador Jurídico  
*Município de Atalaia*

---

**Ivan Carlos Cunha Fernandes**

Coordenador de Eventos  
*Município de Ângulo*

---

**Luiz Carlos Milharesi**

Assessor Jurídico  
*Município de São Pedro do Paraná*

---

**Maria Silvana Barbosa Frigo**

Assessora da Presidência  
*Município de Maringá*

---

**Sheila Cristina da Silva**

Secretária Executiva  
*Município de Jandaia do Sul*



# Diretoria Regional

**Walter Franzoi**

*Município de Cafelândia*

---

**Alisson Rodrigo de Oliveira**

*Município de Imbituva*

---

**Alessandra de Oliveira Cabral Gomes**

*Município de Maringá*

---

**Sonia Cristani**

*Município de Nova Prata do Iguaçu*

---

**Denise Constante da Silva Freitas**

*Município de Umuarama*

---

**Adelaide da Cruz**

*Município de Querência do Norte*

---

**Marilda da Silva Barbosa**

*Município de Reserva do Iguaçu*

---

**Roseli Fabris Dalla Costa**

*Município de Toledo*

# Conselho Fiscal

**Alexandro de Marque**

1º Titular

*Município de Medianeira*

---

**Márcia Regina de Campos**

2º Titular

*Município de Turvo*

---

**Andreia Cristina da Silva**

3º Titular

*Município de Cambé*

---

**Adriana Maia Albini**

1º Suplente

*Município de Paranaguá*